



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REQUERIMENTO Nº. 005/2018

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA.

MARCOS ADRIANO RAUTA (PSDB), na condição de Vereador da Câmara Municipal de Santa Leopoldina/ES, com base no artigo 168, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem **REQUERER** a expedição de Ofício a **Secretária Municipal de Administração de Santa Leopoldina/ES, Sr^a. Adriane Alves dos Santos Endringer**, solicitando informações acerca dos Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados em face de condutas de servidores públicos municipais e demais agentes da Administração, nos últimos 5 anos, informando as conclusões e decisões tomadas em cada caso, bem como para comunicar se algum servidor ocupante de cargos em comissão, exonerados ou não, responde ou respondeu a PAD ou sindicância no âmbito da Prefeitura Municipal.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

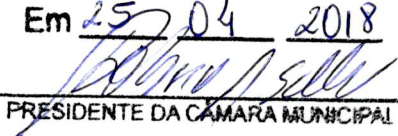
Santa Leopoldina/ES, 26 de fevereiro de 2018.


MARCOS ADRIANO RAUTA
Vereador – PSDB

**Câmara Municipal de
Santa Leopoldina**

APROVADO

Em 25 de 04 de 2018


PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(continua...)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(Continuação do Requerimento nº 005/2018)

JUSTIFICATIVA:

Após conhecimento de vários casos de acidente no trabalho, os quais estão diretamente ligados ao fato de possível desvio de atribuições de servidores, que não desempenham, ou desempenharam suas reais atividades, conforme disposto em Lei, impõe-se a necessidade de averiguar se a Administração, diante de seu Poder-dever de apurar e aplicar as penalidades correspondentes, adotou as medidas indispensáveis para resguardar o interesse público.

Assim, na qualidade de fiscalizadores e no uso do pleno exercício do controle externo em face dos agentes do Executivo Municipal, por força do artigo 60 da Lei Orgânica do Município e artigo 31 da Constituição Federal, cumpre aos Parlamentares locais a busca por esclarecimentos junto aos responsáveis pela provável prática de atos ou omissões na seara da Administração Pública.